











Excluir Imprimir Arquivo Spam Marcar

Próximo



N/

TP 001/2023 (recurso administrativo)



De <u>D-LUX CONSTRUCOES CONSTRUCOES</u> em 2023-08-24 22:19

:0:

Contatos

Boa tarde

曲

Calendário

Referente: Tomada de Preço 001/2023

Recurso administrativo *

Configuraç...

A empresa, D-Lux Construções LTDA, envia o seu recurso administrativo para habilitação da da licitação citada acima

(Modo esc..

Segue em anexo.

?

Sobre

Φ Sair

Webmail Home

att

c/P



ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE JACIARA- MT

TOMADA DE PREÇOS 001/2023 Processo Administrativo 001/2023

DLUX CONSTRUÇÕES LTDA, já qualificada nos autos em epígrafe, vem, mui respeitosamente, perante a Ilma Comissão, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO em face da decisão que inabilitou o licitante do certame pelas razões de fato e de direito abaixo aduzidas.

1 DOS FATOS

No bojo do certame licitatório em epígrafe, que ocorreu no dia 17 de agosto de 2023, a licitante recorrente fora desclassificada em virtude de ter apresentado certidão de falência e concordata apenas como "autor", em suposto desencontro com os termos do edital.

Dessa forma, fora aberto prazo para Recurso, cujo finda até a data de hoje, 24 de agosto, às 23h59.

É a síntese do necessário.

2 DO FORMALISMO MODERADO / JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA DO TCU EXIGE SIMPLES DILIGÊNCIA NÃO ATENDIDA PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO / POSSIBILIDADE DE HABILITAÇÃO

É mister esclarecer que o licitante se encontra em perfeita regularidade no que diz respeito a certidão de falência e concordata, e por esse motivo, não há qualquer razão para Inabilitar o recorrente.



Impende destacar que o TCU vem admitindo em sua jurisprudência majoritária o previsto na lei 14 133 de 2021, qual seja, diligências a fim de sanar qualquer irregularidade de um licitante com o claro objetivo de promover a competitividade e possibilidade da administração pública escolher o menor preço.

Cumpre ressaltar que é a medida adotada pelo TCU em suas recentes jurisprudências tem como escopo proteger a supremacia do interesse público, tendo em vista que o erário deve ser preservado.

Ora, justamente por esse motivo fora aprovado a nova lei de licitações que ainda não se encontra em vigor, entretanto, o formalismo moderado que é previsto expressamente na referida lei é jurisprudência pacífica do TCU e por esse motivo virou lei.

Ou seja, não há a possibilidade da administração pública inabilitar qualquer licitante que esteja com as documentações em dia, ainda que não as apresente de forma correta na licitação.

Por esse motivo, a ilustríssima comissão permanente de licitação deve habilitar o solicitante, tendo em vista que, Mesmo que não tenha apresentado o documento de forma correta, a licitante detém toda a regularidade para participar e ser habilitada no certame, dito isso, vem, por meio deste, apresentar a certidão de falência e concordata que se encontrava de forma irregular segundo a comissão de licitação.

Por todo o exposto, a licitante merece ser habilitada no certame diante da completa regularidade da sua documentação de habilitação.

Cuiabá - MT, 24 de agosto de 2023.

Termos em que pede e espera deferimento.

JESSICA

Assinado de forma digital por JESSICA

ARRUDA

ARRUDA

FRANCA:04113 FRANCA:04113221170

Dados: 2023.08.24

221170

23:15:06 -03'00'

D-LUX CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 47.813.240/0001-79 PROPRIETÁRIA - JESSICA ARRUDA FRANÇA

RG: 2183801-1 SSP/MT CPF: 041.132.211-70



ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 1º GRAU

Nº: 8521455

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, CERTIFICA que, a requerimento da parte interessada, revendo os registros de processos de 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, há 2 ANOS, nos processos EM ANDAMENTO, como AUTOR E RÉU, referentes à AÇÕES CÍVEIS DE FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, EXECUÇÃO FISCAL E EXECUÇÃO CIVIL, NADA CONSTA, até a data de 22/08/2023, MOVIDAS POR ou em DESFAVOR de:

D-LUX CONSTRUCOES LTDA CNPJ 47.813.240/0001-79

Observações:

- a. As informações do nome e CNPJ acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.
- b. A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço:sec.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CNPJ e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.
- c. A consulta abrange todos os processos cíveis cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.
- d. A certidão acima foi expedida de acordo com os critérios de busca selecionados pela parte Requerente no sistema, logo, não afasta a eventual existência de processo(s) fora dos parâmetros escritos no cabeçalho desta certidão;
- e. Esta certidão terá validade de até 30 (trinta) dias, contados a partir da sua emissão.